

José Mauricio Conti
Donato Volkers Moutinho
Leandro Maciel do Nascimento
Coordenação

DIREITO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL



Blucher Open Access

José Mauricio Conti
Donato Volkers Moutinho
Leandro Maciel do Nascimento
Coordenação

DIREITO DA DÍVIDA PÚBLICA NO BRASIL

SÃO PAULO

2025

Direito da dívida pública no Brasil

© 2025 José Mauricio Conti; Donato Volkers Moutinho; Leandro Maciel do Nascimento (Coordenação)

Editora Edgard Blücher Ltda.

Publisher Edgard Blücher

Editor Eduardo Blücher

Coordenação editorial Rafael Fulanetti

Coordenação de produção Ana Cristina Garcia

Produção editorial Juliana Midori Horie

Diagramação e revisão Know-how Editorial

Capa Juliana Midori Horie

Imagem da capa iStockphoto

Blucher

Rua Pedroso Alvarenga, 1245, 4º andar

04531-934 – São Paulo – SP – Brasil

Tel.: 55 11 3078-5366

contato@blucher.com.br

www.blucher.com.br

Segundo o Novo Acordo Ortográfico, conforme 6. ed.

do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*,

Academia Brasileira de Letras, julho de 2021.

É proibida a reprodução total ou parcial por quaisquer meios sem autorização escrita da editora.

Todos os direitos reservados pela Editora Edgard Blücher Ltda.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Heytor Diniz Teixeira, CRB-8/10570

Direito da dívida pública no Brasil / coordenação José Mauricio Conti, Donato Volkers Moutinho, Leandro Maciel do Nascimento. – São Paulo : Blucher Open Access, 2025.

372 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5550-303-6 (impresso)

ISBN 978-65-5550-304-3 (eletrônico - Epub)

ISBN 978-65-5550-300-5 (eletrônico - PDF)

1. Direito. 2. Dívida pública. 3. Débito público. 4. Dívida do governo. 5. Orçamento e planejamento da dívida pública. 6. Regras fiscais da dívida pública. 7. Federalismo – Dívida pública. 8. Endividamento e recuperação fiscal. 9. Seguridade social – Dívida pública. I. Título. II. Conti, José Mauricio. III. Moutinho, Donato Volkers. IV. Nascimento, Leandro Maciel do.

CDU 34

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito CDU 34

À Faculdade de Direito do Largo de São Francisco,
a “velha e sempre nova academia”.

O Brasil, antes de separar-se da metrópole, ainda não tinha uma dívida pública no sentido técnico da palavra, embora governadores e vereanças da colônia contraíssem empréstimos desde os séculos XVI e XVII.

Numa carta ao pai, antes da Independência, aludiu o príncipe regente ao assunto, dizendo que “as dívidas do Erário andam: ao Banco, por doze milhões, pouco mais ou menos; ao Young & Finie anda por dois mil e tantos contos de réis; ao visconde do Rio Seco por bem perto de um milhão...”.

Seguem-se as dívidas administrativas d’El-Rey. E conclui o missivista:

“O Banco que se prestava e ainda se presta, já torce. Não há maior desgraça do que esta em que me vejo, que é desejar o bem e arrancar tudo e não haver com quem.”

Aliomar Baleeiro

COORDENADORES

JOSÉ MAURICIO CONTI

Livre docente em Direito Financeiro e Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito e em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia e Administração, ambas da Universidade de São Paulo (USP). Professor de Direito Financeiro na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Juiz aposentado do Poder Judiciário do Estado de São Paulo. Consultor em Direito Financeiro.

DONATO VOLKERS MOUTINHO

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Bacharel em Direito e em Engenharia Elétrica, ambos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Conselheiro Substituto no Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES) desde 2023. Entre 2004 e 2023, foi Auditor de Controle Externo no TCE/ES, período em que atuou em diversas atividades e funções, inclusive como Secretário-geral de Controle Externo.

LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

Doutor e Pós-doutorando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre e Doutorando em Filosofia, especialista em Direito Constitucional e graduado em Direito pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Procurador do Ministério Público de Contas do Estado do Piauí, ex-Procurador da Fazenda Nacional, ex-Procurador Federal e ex-Assessor Jurídico (concurado) do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE/PI). Professor de Direito na Universidade Federal do Piauí (UFPI).

COAUTORES

ANDRESSA GUIMARÃES TORQUATO FERNANDES

Professora Associada de Direito Financeiro e Tributário da Universidade Federal Fluminense (UFF). Possui pós-doutorado em Economia pela Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP/FGV). Doutora em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

ARTHUR BASSO GALLI

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto (FDRP) da Universidade de São Paulo (USP). Mestrando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

CESAR AUGUSTO SEIJAS DE ANDRADE

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários (IBET). Advogado em São Paulo.

DIOGO LUIZ CORDEIRO RODRIGUES

Procurador do Estado do Paraná. Professor de Direito do Departamento de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná. Mestre em Regulação Financeira e Comercial pela London School of Economics and Political Science (LSE). Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

EURÍPEDES GOMES FAIM FILHO

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) e Professor Universitário. Atuando hoje na 15ª Câmara da Seção de Direito Público. Magistrado desde 1989. Professor e Coordenador de Cursos de Pós-graduação da Escola Paulista da Magistratura (EPM) e da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (ESMP). Ex-professor da Faculdade de Direito da Universidade Estadual Paulista (UNESP) onde iniciou em 1988 e de outras faculdades. Autor de livros e artigos publicados.

GUILHERME PEREIRA DOLABELLA BICALHO

Doutor em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Procurador do Distrito Federal.

LUIS FELIPE VIDAL ARELLANO

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Especialista em Análise Econômica pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE/USP). MBA em Gestão de Finanças Públicas pela Fundação Dom Cabral (FDC). MBA em Investimentos e Private Banking pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec/SP). Secretário de Fazenda do Município de São Paulo, onde também exerceu as funções de Secretário de Fazenda Adjunto e Subsecretário do Tesouro Municipal.

MÁRCIO FERRO CATAPANI

Doutor em Direito Comercial pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP) (2011). Mestre em Direito Comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (2004). Pesquisador bolsista no Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (Unidroit) em Roma (2011-2012) e no Instituto Suíço de Direito Comparado (ISDC) em Lausanne (2013). Professor de Direito Comercial da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Juiz federal em São Paulo, tendo sido Diretor do Foro da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (2020-2024).

RODRIGO MEDEIROS DE LIMA

Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

Coautores

SÉRGIO ASSONI FILHO

Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Professor Doutor de Ciências Jurídicas da Universidade São Judas Tadeu (USJT/SP). Advogado e Consultor Jurídico.

WEDER DE OLIVEIRA

Ministro Substituto do Tribunal de Contas da União (TCU). Doutor e Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Pós-graduado em Economia pela George Washington University (GWU). Professor dos programas de Mestrado e Doutorado Profissional em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI	A Direta de Inconstitucionalidade
ADPF	Argui de Descumprimento de Preceito Fundamental
AFD	Agence Française de Développement
ARO	[Opera de Crédito por] Antecipa de Receita Orçamentária
AVM	<i>Accounting View of Money</i>
BACEN	Banco Central do Brasil
BCB	Banco Central do Brasil
BCE	Banco Central Europeu
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstru e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporaci Andina de Fomento
CBDC	Central Bank Digital Currency
CBM	Central Bank Money
CC	Código Civil
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CDP	Certificado da Dívida Pública
CEPAC	Certificado de Potencial Adicional de Constru
CEPAL	Comisi Econmica para América Latina y el Caribe
CFT	Certificado Financeiro do Tesouro
COFINS	Contribui para Financiamento da Seguridade Social
COGED	Comitê de Gerenciamento da Dívida Pública
COPOM	Comitê de Política Monetária
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRFB/1988	Constitui da República Federativa do Brasil de 1988
CSLL	Contribui Social sobre o Lucro Líquido

Lista de abreviações e siglas

CTN	Certificado do Tesouro Nacional
DBGG	Dívida Bruta do Governo Geral
DF	Distrito Federal
DLSP	Dívida Líquida do Setor Público
DPF	Dívida Pública Federal
DPFe	Dívida Pública Federal externa
DPMFi	Dívida Pública Mobiliária Federal interna
DRU	Desvinculação de Receitas da União
EC	Emenda Constitucional
ENBPar	Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FED	Federal Reserve
FEF	Fundo de Estabilização Fiscal
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FGV	Fundação Getulio Vargas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FPE	Fundo de Participação dos Estados
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
FSE	Fundo Social de Emergência
Gerin	Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços – Mercado
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
ISIMP	Information System for Instruments of Monetary Policy
JBIC	Japan Bank for International Cooperation
KfW	Kreditanstalt für Wiederaufbau (Deutschland)
LC	Lei Complementar
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LFT	Letra Financeira do Tesouro
LOA	Lei Orçamentária Anual
LTEPs	<i>Long-Term Expenditure Plans</i>
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LTN	Letra do Tesouro Nacional
MF	Ministério da Fazenda
MFSM	<i>Monetary and Financial Statistics Manual and Compilation Guide</i>

Lista de abreviações e siglas

MMT	Modern Monetary Theory
MTEF	<i>Medium-Term Expenditure Framework</i>
NAF	Novo Arcabouço Fiscal
NFSP	Necessidade de Financiamento do Setor Público
NT	Nota Técnica
NTN	Nota do Tesouro Nacional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PAF	Plano Anual de Financiamento
Pasep	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PGFN	Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PPA	Plano Plurianual
PPP	Parceria Público-Privada
PRF	Plano de Recuperação Fiscal
Proex	Programa de Financiamento às Exportações
Propag	Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados
QE	<i>Quantitative Easing</i>
RAD	Relatório Anual da Dívida Pública
RCL	Receita Corrente Líquida
RE	Recurso Extraordinário
RFS	Regime Fiscal Sustentável
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMD	Relatório Mensal da Dívida Pública
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social
RPV	Requisição de Pequeno Valor
RRF	Regime de Recuperação Fiscal
RTN	Resultado do Tesouro Nacional
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SOF	Secretaria de Orçamento Federal
STF	Supremo Tribunal Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TDA	Título da Dívida Agrária
TN	Tesouro Nacional
URV	Unidade Real de Valor

SUMÁRIO

PREFÁCIO 23

INTRODUÇÃO 27

Leandro Maciel do Nascimento | José Mauricio Conti | Donato Volkers Moutinho

1 DÍVIDA PÚBLICA

Conceito, natureza jurídica e classificação 37
Sérgio Assoni Filho

1.1 Introdução 37

1.2 Conceitos e suas correlações 40

1.2.1 Crédito público 41

1.2.2 Operação de crédito 41

1.2.3 Empréstimo público 42

1.2.4 Dívida pública 43

1.3 Natureza jurídica do empréstimo público 43

1.4 Classificação da dívida pública 48

1.5 Conclusão 54

2 DÍVIDA PÚBLICA E PLANEJAMENTO

Intergeneracionalidade e sustentabilidade 57

José Mauricio Conti | Guilherme Pereira Dolabella Bicalho | Arthur Basso Galli

2.1 Dívida pública: razões para o seu planejamento 57

2.2 O conflito intergeracional e a dívida pública 60

2.3 A regra de ouro na Constituição 64

2.4 Planejamento financeiro-orçamentário da dívida pública 68

2.5 Sustentabilidade fiscal e planejamento 73

2.6 O plano anual de financiamento e o Comitê de Gerenciamento da Dívida 75

2.7 Considerações finais sobre a dívida pública, a intergeracionalidade
e o planejamento 78

3 DÍVIDA PÚBLICA E ORÇAMENTO

Contabilidade, gestão e transparência 81

Rodrigo Medeiros de Lima | Diogo Luiz Cordeiro Rodrigues

3.1 Introdução 81

3.2 A dívida pública no planejamento orçamentário 84

Sumário

- 3.2.1 A EC n. 109/2021 e a sustentabilidade da dívida pública como diretriz constitucional do planejamento fiscal-orçamentário 86
- 3.2.2 Consideração de passivos atuariais e riscos fiscais no planejamento orçamentário 87
- 3.2.3 Dívida pública na Lei Orçamentária Anual 88
- 3.2.4 Vedação constitucional à anulação de despesas com o serviço da dívida 91
- 3.2.5 Operações de crédito por antecipação de receita (AROs) 92
- 3.2.6 Dívida pública, operações de crédito e classificações orçamentárias 92
 - 3.2.6.1 Classificações orçamentárias da receita 93
 - 3.2.6.2 Classificações orçamentárias da despesa 98
- 3.3 A dívida pública e os instrumentos de transparência da gestão fiscal da LRF 101
- 3.4 Boas práticas de gestão da dívida pública 103
 - 3.4.1 Transparência da gestão da dívida e o plano anual de financiamento 106
- 3.5 Métricas e metodologias de mensuração da dívida 108
 - 3.5.1 Indicadores apresentados pelo Banco Central e pela Secretaria do Tesouro Nacional 109
- 4 DÍVIDA PÚBLICA (INTERNA E EXTERNA) E SUAS FORMAS DE CONSTITUIÇÃO
Contratos e títulos representativos 113
Márcio Ferro Catapani
 - 4.1 Introdução 113
 - 4.2 Títulos públicos 115
 - 4.3 Contratos 123
 - 4.4 Outras formas de constituição da dívida pública 125
 - 4.5 Dívida externa 126
- 5 DÍVIDA PÚBLICA E REGRAS FISCAIS 129
Weder de Oliveira
 - 5.1 Introdução 129
 - 5.2 Teorias sobre o crescimento da despesa pública 132
 - 5.3 Equilíbrio intertemporal das contas públicas 135
 - 5.4 Funções positivas do endividamento público 140
 - 5.5 Regras fiscais: necessidade, contexto histórico e tipologias 141
 - 5.6 O contexto do surgimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e a institucionalização robusta do planejamento e das regras fiscais no Brasil 148
 - 5.7 Para além de regras fiscais: as características gerais das leis de responsabilidade fiscal 152
 - 5.8 Breve abordagem sobre os resultados fiscais e mensuração do déficit público 153
 - 5.9 Resultados fiscais: diferentes perspectivas entre os entes da federação 157
 - 5.10 Considerações finais 162
- 6 DÍVIDA PÚBLICA E FEDERALISMO (I)
O controle do endividamento e a autonomia dos entes federados 167
Cesar Augusto Seijas de Andrade
 - 6.1 Introdução 167
 - 6.2 A dívida pública como mecanismo de gestão de recursos e instrumento de política financeira 168
 - 6.3 Razões para o controle do endividamento dos entes subnacionais 169
 - 6.4 Métodos de controle do endividamento subnacional 174
 - 6.4.1 Controle pelo mercado 174
 - 6.4.2 Controle cooperativo 175
 - 6.4.3 Controle normativo 176
 - 6.4.4 Controle administrativo 177

Sumário

- 6.5 Métodos de controle no Brasil 178
 - 6.5.1 Controle por normas jurídicas 178
 - 6.5.1.1 Normas constitucionais 178
 - 6.5.1.2 Normas infraconstitucionais 182
 - 6.5.2 Controle administrativo 186
 - 6.5.2.1 Autorização das operações externas de crédito pelo Senado Federal 186
 - 6.5.2.2 Intervenção federal e estadual em caso de inadimplemento da dívida consolidada 189
 - 6.5.2.3 Competências atribuídas ao Ministério da Fazenda 192
 - 6.5.2.4 Competências atribuídas ao Banco Central do Brasil 195
- 7 DÍVIDA PÚBLICA E FEDERALISMO (II)
 - Garantias, contragarantias e vinculações de receitas 197
Luis Felipe Vidal Arellano
 - 7.1 Introdução 197
 - 7.2 Motivação das garantias públicas 198
 - 7.3 Formas de garantias públicas: garantias pessoais e reais 200
 - 7.4 Vinculação de receitas orçamentárias 203
 - 7.5 Prestação de garantias e contragarantias entre entes da federação 209
 - 7.6 Conclusões 214
- 8 ENDIVIDAMENTO E RECUPERAÇÃO FISCAL 217
Donato Volkens Moutinho
 - 8.1 Introdução 217
 - 8.2 Foco e objetivo do regime de recuperação fiscal 221
 - 8.3 Benefícios ao estado em recuperação fiscal 222
 - 8.4 Vedações impostas pelo regime de recuperação fiscal 224
 - 8.5 Pedido de adesão ao regime de recuperação fiscal 227
 - 8.6 Plano de recuperação fiscal 228
 - 8.7 Avaliação e monitoramento do regime de recuperação fiscal 233
 - 8.8 Término do regime de recuperação fiscal 236
- 9 DÍVIDA PÚBLICA E SEGURIDADE SOCIAL
 - Em torno do déficit da previdência 239
Cesar Augusto Seijas de Andrade
 - 9.1 Introdução 239
 - 9.2 O custeio da seguridade social e os conflitos intergeracionais e intrageracionais do sistema de previdência 241
 - 9.3 Argumentos contrários ao déficit da previdência 244
 - 9.4 A questão da DRU: necessidade de financiamento da seguridade social e valores desvinculados do orçamento da seguridade social por meio da DRU 247
 - 9.5 Outras questões relacionadas ao déficit da previdência: mudanças no perfil da sociedade brasileira e projeção atuarial 256
 - 9.6 Considerações finais 260
- 10 PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR NA DÍVIDA PÚBLICA 263
Eurípedes Gomes Faim Filho
 - 10.1 Introdução 263
 - 10.2 Conceito e natureza jurídica dos precatórios 263
 - 10.3 Como os precatórios se enquadram dentro da dívida pública 268
 - 10.4 Regras especiais dos precatórios como dívida pública 271

Sumário

- 10.4.1 Limitação de empenho 271
- 10.4.2 Cancelamento de dotações destinadas aos pagamentos de precatórios e requisições de pequeno valor 271
- 10.4.3 Realização da despesa com precatórios 274
- 10.4.4 Restos a pagar e precatórios 275
 - 10.4.4.1 Cancelamento de empenho, bloqueio e cancelamento ou anulação de restos a pagar de precatórios 276
- 10.5 Anexos das leis de diretrizes orçamentárias (LDOs) 276
 - 10.5.1 Anexo das políticas monetária, creditícia e cambial, além de metas de inflação 276
 - 10.5.2 Anexo de metas fiscais 276
 - 10.5.3 Anexo de riscos fiscais 277
- 10.6 As alterações trazidas pelas emendas constitucionais após o julgamento da Emenda Constitucional n. 62/2009 278
 - 10.6.1 A Emenda Constitucional n. 94/2016 e os limites da dívida pública 278
 - 10.6.2 O teto de gastos previsto na Emenda Constitucional n. 95/2016 284
 - 10.6.2.1 Submissão dos precatórios a metas de resultado anual 286
 - 10.6.3 A Emenda Constitucional n. 99/2017 e sua influência na dívida pública 288
 - 10.6.4 A Emenda Constitucional n. 109/2021 290
 - 10.6.5 A Emenda Constitucional n. 113/2021 290
 - 10.6.6 A Emenda Constitucional n. 114/2021 291
 - 10.6.7 A Emenda Constitucional n. 126/2022 291
- 10.7 Precatórios e os limites da dívida 291
 - 10.7.1 Precatórios e a regra de ouro 291
 - 10.7.2 A experiência brasileira com o abandono de limites 292
- 10.8 Assunção da dívida de precatórios pela União 293
 - 10.8.1 Assunção de obrigação e aumento de despesa 294
- 10.9 Conclusões 294
- 11 MOEDA É DÍVIDA? 297
 - Andressa Guimarães Torquato Fernandes*
 - 11.1 Introdução 297
 - 11.2 O que é moeda? 298
 - 11.2.1 O conceito de moeda na ordem jurídica brasileira 298
 - 11.2.2 Moeda em sentido amplo *versus* moeda em sentido estrito 300
 - 11.3 O conceito de dívida pública no direito brasileiro 303
 - 11.4 Moeda, um passivo do Banco Central 305
 - 11.5 Novas perspectivas para a compreensão sobre a moeda 307
 - 11.6 Conclusões 311
- 12 DÍVIDA PÚBLICA, TESOUREIRO NACIONAL E BANCO CENTRAL
 - A carteira de títulos para execução da política monetária 313
 - Leandro Maciel do Nascimento*
 - 12.1 Política monetária e operações com títulos da dívida pública 314
 - 12.2 Operações do BCB em mercado aberto: carteira de títulos e operações compromissadas 327
 - 12.2.1 Banco Central: títulos próprios e/ou títulos do Tesouro? 331
 - 12.2.2 Composição da carteira de títulos do Banco Central do Brasil 334
 - 12.2.3 Utilização das LFTs como instrumento de política monetária 337
 - 12.2.4 Operações compromissadas e/ou operações definitivas com títulos públicos? 341
 - 12.3 Banco Central e Tesouro Nacional: carteira de títulos e endividamento público 344
- REFERÊNCIAS 349